

# **COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

## **REQUERIMENTO Nº /2007**

Requeremos, nos termos regimentais, seja dado novo despacho ao PDC nº 49/2007, a fim de incluir este Órgão Técnico para apreciar o mérito.

Requeremos, nos termos regimentais, que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural seja incluída para apreciar o mérito do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2007, do Deputado Valdir Colatto, que "Susta os efeitos da Portaria nº 795, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que amplia os limites da área denominada pela Funai como Terra Indígena Toldo Pinhal, localizada nos municípios de Seara, Paial e Arvoredo/SC, declarando-a como de posse permanente do grupo indígena Kaingang".

### **J U S T I F I C A Ç Ã O**

Esse projeto visa sustar os efeitos de portaria do Ministério da Justiça, que amplia limites de terras indígenas, sem levar em consideração o direito de posse de centenas de famílias de agricultores, transformando-as em famílias sem terra. Esta Comissão tem o dever de apreciar o mérito desse projeto, porque ele trata de matéria afeta ao nosso campo temático e área de atividade.

A área que se pretende ampliar para aproximadamente 4.000 hectares, conta com 800 hectares, onde residem 360 famílias de pequenos agricultores, que possuem seus títulos de propriedade devidamente registrados, que remontam ao ano de 1893 e 1924, e que possuem a posse mansa e pacífica, com suas casas, benfeitorias, comunidade organizada, com escolas, igrejas, cemitério e todo um histórico de trabalho e lutas, em prol do desenvolvimento do oeste catarinense. Não existem índios ocupando a área que se pretende ampliar.

Essa portaria traz conseqüências fundiárias e agrícolas para o Estado de Santa Catarina, suscitando uma análise apurada deste Órgão Técnico desta Casa, para que os parlamentares decidam sobre essa matéria, tendo conhecimento de seus aspectos agrícolas, fundiários, sociais, econômicos etc. Assim sendo, não seria pertinente tratar dessa matéria sem ouvir este Colegiado.

Sala da Comissão, em 11 de julho de 2007

Deputado MARCOS MONTES  
Presidente